

Hipotecando o Futuro

Como acordos comerciais e de investimentos entre países ricos e pobres minam o desenvolvimento

O avanço silencioso de acordos comerciais e de investimentos entre países ricos e pobres ameaça impedir que os países em desenvolvimento tenham uma participação segura na economia globalizada. Impulsionados pelos Estados Unidos e pela União Europeia, esses acordos prevêem regras abrangentes que impõem sérias restrições às políticas que os países em desenvolvimento mais precisam adotar para combater a pobreza.

Resumo

O avanço silencioso de acordos comerciais e de investimentos entre países ricos e pobres ameaça impedir que os países em desenvolvimento tenham uma participação segura na economia globalizada.

Países poderosos, liderados pelos Estados Unidos e pela União Europeia (UE), estão empenhados em promover acordos de livre comércio regionais e bilaterais com um vigor sem precedentes. Isso está acontecendo sem a pompa das reuniões globais e de uma cobertura jornalística internacional. Cerca de 25 países em desenvolvimento já assinaram acordos de livre comércio com países desenvolvidos e mais de 100 deles estão negociando acordos desse tipo. Em média, dois tratados bilaterais de investimentos estão sendo assinados semanalmente. Praticamente nenhum país, por mais afetado pela pobreza que seja, ficou de fora.

Os países ricos estão usando esses 'acordos ou tratados de livre comércio' (TLCs) e tratados de investimentos bilaterais e regionais para garantir concessões que não estão conseguindo obter na Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual os países em desenvolvimento podem se agrupar e resistir melhor a pressões até garantirem a adoção de regras favoráveis. Os Estados Unidos chamam sua abordagem de 'liberalização competitiva' e a União Europeia declarou sua intenção de usar acordos bilaterais como 'plataformas graduais para futuros acordos multilaterais'.

A União Europeia argumenta que essa nova geração de acordos bilaterais e regionais é vital para que países em desenvolvimento da África, Caribe e Pacífico continuem tendo acesso a mercados europeus de uma maneira compatível com as regras da OMC. Ela também tem declarado repetidamente a países pobres que não há nenhum 'interesse comercial ofensivo' nas negociações e que estão previstos longos prazos para a implementação desses acordos. No entanto, suas propostas abrangentes e abordagem agressiva parecem contradizer essas declarações.

O avanço inexorável desses acordos comerciais e de investimentos, que, na maioria dos casos, são negociados a portas fechadas, ameaça minar a promessa de que o comércio e a globalização seriam usados como ferramentas poderosas de redução da pobreza. Num mundo cada vez mais globalizado, esses acordos foram concebidos para beneficiar países ricos exportadores e empresas às custas de agricultores e trabalhadores que vivem em situação de pobreza, com sérias implicações para o meio ambiente e o desenvolvimento.

O pior desses acordos é minar a capacidade de países em desenvolvimento administrar suas economias e proteger seus habitantes mais afetados pela pobreza. Indo além de disposições negociadas multilateralmente, eles impõem regras abrangentes e de difícil reversão, que desmantelam sistematicamente políticas nacionais concebidas para promover o desenvolvimento.

Os Estados Unidos e a União Europeia estão pressionando pela adoção de regras de propriedade intelectual que reduzem o acesso de pessoas que vivem em situação de pobreza a medicamentos que podem salvar vidas, aumentam o preço de sementes e de outros insumos agrícolas tornando-os inacessíveis para agricultores familiares, e dificultam ainda mais o acesso de países em desenvolvimento a novas tecnologias. O acordo comercial proposto pelos Estados Unidos à Colômbia, por exemplo, aumentaria os custos de medicamentos em US\$ 919 milhões até o ano 2020, soma suficiente para garantir assistência médica a 5,2 milhões de pessoas por meio do sistema de saúde pública. Em função do Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-República Dominicana-América Central (DR-CAFTA, sigla

em inglês), os preços de insumos agrícolas químicos devem subir muito.

As regras de liberalização de serviços previstas nos TLCs ameaçam levar empresas locais à falência, reduzir a concorrência e ampliar os monopólios de grandes empresas. Quando o México liberalizou seus serviços financeiros em 1993 como uma medida preparatória para a assinatura do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA, sigla em inglês), por exemplo, a propriedade estrangeira do sistema bancário aumentou para 85 por cento em sete anos, mas os empréstimos concedidos a empresas mexicanas caíram de 10 para 0,3 por cento do produto interno bruto (PIB) do país, privando pessoas afetadas pela pobreza em áreas rurais de fontes vitais de crédito.

Essas novas regras também ameaçam potencialmente o acesso de pessoas em situação de pobreza a serviços essenciais. Em alguns acordos de livre comércio dos Estados Unidos, países em desenvolvimento estão se comprometendo a permitir que investidores estrangeiros tenham participação em serviços de utilidade pública se o setor for aberto para empresas privadas nacionais. Uma versão da minuta de um TLC proposto pela União Européia à ASEAN, Índia, América Central, países andinos e Coréia do Sul que vazou para a imprensa revela que a União Européia deseja garantir disposições semelhantes para empresas de abastecimento de água, transportes e outras prestadoras de serviços públicos.

Novas regras de investimento previstas em muitos acordos impedem que governos de países em desenvolvimento exijam que empresas estrangeiras transfiram tecnologias, capacitem funcionários locais ou comprem seus insumos localmente. Nessas condições, os investimentos externos não desenvolvem vinculações nacionais, não geram empregos dignos, não aumentam salários e, na verdade, exacerbam a desigualdade.

Os capítulos sobre investimentos de TLCs e acordos bilaterais de investimentos tornam os governos vulneráveis a ações movidas por investidores estrangeiros se uma nova regulação for percebida como prejudicial para os lucros de investidores, mesmo que ela tenha sido aprovada para promover reformas de interesse público. Ações em curso contra a Argentina por medidas emergenciais adotadas durante a crise financeira enfrentada pelo país em 2001/2002 envolvem valores estimados em US\$ 18 bilhões.

Os acordos de livre comércio podem impor medidas radicais de liberalização de tarifas, ameaçando os meios de vida de agricultores familiares e camponeses e impedindo que governos usem sua política tarifária para promover o crescimento de suas indústrias. Por meio de seus Acordos de Parceria Econômica (APE), a Europa, por exemplo, deseja obrigar os países mais pobres do mundo a reduzir uma grande parte de suas tarifas a zero. Ao mesmo tempo, os TLCs não levam em consideração os impactos adversos dos subsídios concedidos por países ricos geradores de dumping em países pobres, e tampouco a enorme quantidade de barreiras não-tarifárias que continuam a impedir seu acesso a mercados de países ricos.

O efeito geral dessas mudanças nas regras é uma perda gradativa de governança econômica e a transferência do poder dos governos para empresas multinacionais que, em grande medida, não prestam contas por suas ações, privando os países em desenvolvimento das ferramentas necessárias para desenvolver suas economias e conquistar uma participação favorável em mercados globais.

Embora os governos dos países em desenvolvimento tenham se tornado cada vez mais assertivos na OMC e em alguns acordos regionais e bilaterais, o equilíbrio de poder nas negociações em curso continua a pender intensamente a favor de países ricos e de grandes empresas politicamente influentes. Além disso, dentro dos países em desenvolvimento, pequenas empresas, sindicatos, organizações não-governamentais, grupos de mulheres e povos indígenas contam com muito poucos mecanismos de participação e seus direitos e necessidades continuam amplamente ignorados.

O comércio e os investimentos são essenciais para o desenvolvimento, e os desequilíbrios que caracterizam e distorcem o comércio global, bem como as regras de investimentos, precisam ser discutidos urgentemente. No entanto, acordos de livre comércio e tratados bilaterais de investimentos desiguais e exploradores, que proíbem a adoção das políticas que os países em desenvolvimento mais precisam para combater a pobreza, não constituem meios adequados para se fazer com que o comércio e os investimentos operem a favor do desenvolvimento ou para se construir um mundo mais seguro e justo.

Para virar essa maré e tornar o comércio e os investimentos favoráveis ao desenvolvimento, a Oxfam acredita que as regras comerciais, sejam elas multilaterais, regionais ou bilaterais, devem:

- Reconhecer o tratamento especial e diferenciado que os países em desenvolvimento requerem para promover o seu desenvolvimento.
- Permitir que os países em desenvolvimento adotem leis de propriedade intelectual flexíveis, que atribuam a prioridade necessária à saúde pública e aos meios de vida agrícolas e protejam os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade.
- Excluir serviços públicos essenciais, como educação, assistência médica, abastecimento de água e saneamento, de compromissos de liberalização.
- Reconhecer o direito dos governos de regular a entrada de investidores estrangeiros para promover o desenvolvimento e gerar empregos dignos e incluir compromissos que garantam o cumprimento de normas trabalhistas básicas para todos os trabalhadores.
- Incluir mecanismos para garantir uma ampla participação de todas as partes interessadas em processos de negociação, com plena divulgação de informações ao público, inclusive verificações de avaliações independentes de impactos.